



doi: [10.14211/regepe.v7i1.759](https://doi.org/10.14211/regepe.v7i1.759)

FOMENTO AO EMPREENDEDORISMO PARA DEFICIENTES NO ESTADO DE SÃO PAULO

Recebido: 05/09/2017

Aprovado: 21/02/2018

¹Marco Antônio Ramos

²Patricia Viveiros de Castro Krakauer

RESUMO

O país passa por um momento de desigualdade social e altos índices de desemprego. Assim, começar um novo negócio passou a ser uma opção para muitas pessoas. Contudo, ainda são poucas as iniciativas voltadas ao fomento do empreendedorismo entre portadores de deficiência, a despeito do número elevado de pessoas com essa condição no país. Desta forma, o presente estudo buscou respostas para entender como as instituições de fomento podem estimular pessoas com deficiência a empreenderem, tendo como objetivo propor diretrizes para estimular o empreendedorismo entre pessoas com deficiência no Estado de São Paulo. Tal proposta teve como base dados secundários e primários. Trata-se de um estudo de natureza exploratória com abordagem qualitativa. A coleta de dados primários foi realizada através de entrevistas com representantes de instituições de fomento ao empreendedorismo e pessoas com deficiência que pretendem empreender. Os principais resultados obtidos com a análise da narrativa mostraram a importância de se criar ações para pessoas com deficiência, apresentando vantagens e desvantagens em se ter um programa específico para esse fim. O estudo contribuiu para um melhor entendimento sobre as ações que são oferecidas para fomentar o empreendedorismo para as pessoas com deficiência e também ao propor diretrizes que possam auxiliar nesse processo, almejando que o empreendedorismo possa ser uma opção de inserção profissional para pessoas com deficiência. Acredita-se que tais diretrizes possam ser aplicadas em programas de instituições que tenham como objetivo fomentar o empreendedorismo, voltando esforços também para o grupo de pessoas com deficiência.

Palavras-chave: Empreendedorismo; Pessoas com Deficiência; Instituições de Fomento.

¹ Mestre pelo Centro Universitário Campo Limpo Paulista -UNIFACCAMP, São Paulo, (Brasil).
E-mail: markkos@hotmail.com

² Doutora em Administração pela Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, (Brasil).
E-mail: patricia.krakauer@faccamp.br (ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0003-3271-6129>).



PROMOTION OF ENTREPRENEURSHIP FOR PEOPLE WITH DISABILITIES IN THE STATE OF SÃO PAULO

ABSTRACT

The country is going through a moment of social inequality and high rates of unemployment. Start a new business is now an option for many people. Yet, there are still very few initiatives turned to the development of entrepreneurship among disability carriers, even though there are a large number of people with this condition in Brazil. In this line, the present study sought answers to understand how the development Institutions can stimulate disabled people to be entrepreneurs, aiming to propose guidelines to stimulate entrepreneurship among people with disabilities in the State of São Paulo. Such proposal had as foundation secondary and primary data. It is an explanatory study with qualitative approach. The gathering of primary data was done through interviews with representatives of Institutions that promote entrepreneurship and people with disabilities who intend to be entrepreneurs. The main results obtained with the narrative analysis showed the importance of creating actions for people with disabilities, presenting advantages and disadvantages in having a specific program for this purpose. The study contributed to a better understanding about actions that are offered to promote entrepreneurship for people with disabilities and also to propose guidelines that can help this process, aiming to make entrepreneurship an option of professional insertion for people with disabilities. It is believed that such guidelines can be applied in institution programs that have as a goal to promote entrepreneurship, also turning the efforts to the group of people with disabilities.

Keywords: Entrepreneurship; People with Disabilities; Development Institutions.



1 INTRODUÇÃO

O Brasil passa atualmente por um momento de altos índices de desemprego, situação que assola todo o país. Crise política, econômica e corrupção são alguns dos fatores motivadores para a atual realidade. Neste contexto, o empreendedorismo surge como uma possibilidade para muitas pessoas, independente do perfil e de serem ou não pessoas com deficiência.

O sonho, a oportunidade ou até mesmo a necessidade de possuir um empreendimento motiva relevante quantidade de brasileiros. Segundo o Global Entrepreneurship Monitor (GEM, 2016), a porcentagem de brasileiros que pretende ter seu próprio negócio é de 34%, superando o percentual de pessoas que desejam fazer carreira em suas empresas, que totaliza 23%.

Contudo, ainda são poucas as iniciativas voltadas ao fomento do empreendedorismo entre pessoas com deficiência, a despeito do número elevado de pessoas com essa condição no país que, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2012), totalizam 45 milhões de brasileiros. Somente no estado de São Paulo, existem 35,7 milhões de pessoas com deficiência, de acordo com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE, 2013).

Diante de uma quantidade tão relevante de pessoas deficientes, são necessárias ações com o propósito de melhorar a qualidade de vida dessa parcela da população, sendo a inserção no trabalho uma delas. Para garantir que as pessoas com deficiência tivessem acessibilidade ao emprego, o Governo Federal sancionou a Lei 8.213, de 24 de julho de 1991, que previa a criação de cotas para as empresas brasileiras, o que deve ter aumentado o ingresso de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. Uma outra forma de inserção seria através do empreendedorismo, que é um elemento transformador no que tange a possibilidade para que pessoas com deficiência possam superar suas limitações e se inserirem no mercado de trabalho como protagonistas de seus próprios destinos (Buntat, Roslan, Ibrahim, Salleh, & Ahmad, 2016; Pagán, 2009).

Esse caminho, todavia, é árduo, pois além de toda a dificuldade inerente ao ato de empreender em si, como apoio e políticas públicas, há ainda uma questão cultural, no que tange o empreendedor deficiente, carecendo, portanto, de mudanças culturais e comportamentais para alterar a maneira como atualmente as pessoas com



deficiência são percebidas pela sociedade. Renko, Harris e Caldwell (2016) consideram que a deficiência pode, inclusive, ser uma barreira para que o indivíduo empreenda, dado o preconceito existente e outras questões culturais e atitudinais, inclusive do próprio deficiente que não se sente capaz.

Dado esse sentimento de incapacidade, a criação de programas específicos para essa parcela da população certamente contribuiria para que mais pessoas com deficiência empreendessem. Ao visitar o site de incubadoras e instituições de fomento de São Paulo, onde há um número considerável de pessoas nessa condição, percebeu-se que ainda são incipientes as ações voltadas ao estímulo do empreendedorismo para pessoas com deficiência. Foram visitados os sites de oito instituições de apoio ou fomento a novos negócios, sendo que apenas uma delas, o SEBRAE, possuía um programa específico para apoio à pessoa com deficiência, chamado SEBRAE Mais Acessível.

Portanto, percebeu-se que estimular o empreendedorismo para pessoas com deficiência é ainda um desafio, seja pelo preconceito existente, seja pela falta de ações de incentivo e apoio. Os relatórios GEM (2016; 2017) e o do SEBRAE (2017) não apresentam números sobre empreendedores com deficiência, apenas o do SEBRAE (2013) apresenta o perfil do empreendedor deficiente que procurou as unidades da instituição, sem ter sido atualizado, o que torna o estudo interessante com vistas a complementar as informações apresentadas tanto pelo SEBRAE (2013) quanto pelo GEM (2016; 2017).

Acreditando que empreender possa ser uma alternativa de inserção profissional e social para pessoas com deficiência e que elas poderão, através do negócio próprio, viver sua vida com mais naturalidade, inseridas na sociedade e gerando receita, este estudo buscou responder como instituições de fomento ao empreendedorismo do Estado de São Paulo podem estimular as pessoas com deficiência a se tornarem empreendedoras de negócio próprio, objetivando propor diretrizes para incentivar o empreendedorismo entre pessoas com deficiência.

A pesquisa se justifica pela contribuição prática que possui, ao entender que as diretrizes propostas poderão ser aplicadas por instituições que queiram desenvolver programas específicos para o fomento do empreendedorismo entre pessoas com deficiência, colaborando com a inserção social e profissional delas.



2 EMPREENDEDORISMO

Apesar de no senso comum empreender estar relacionado à abertura de novos negócios, o conceito de empreendedorismo possui diversas *nuances* e perspectivas. Por a discussão da conceitualização da temática não ser foco do atual estudo, optou-se em buscar referencial sobre a relação do empreendedorismo com o negócio próprio, visto ser essa a delimitação do problema de pesquisa apresentado.

Para Oliveira (1995), o empreendedorismo está diretamente ligado ao negócio próprio, sendo o indivíduo empreendedor aquele que organiza e/ou reorganiza seus recursos de modo particular e inovador. Bessant e Tidd (2009), complementam Oliveira (1995) e Drucker (2000), ao definirem que a inovação se resume em uma compreensão dos fatores primordiais para o sucesso ou fracasso do empreendimento. Atualmente, têm-se os relatórios do Global Entrepreneurship Monitor (GEM), considerado o maior estudo unificado sobre a atividade empreendedora do mundo, que voltam o entendimento do empreendedorismo como ação de se iniciar ou ter um negócio próprio.

Importante também elencar algumas descrições de quem é o empreendedor. Para Macedo, Ichikawa e Boava (2012), a abordagem dos economistas entendia os empreendedores como indivíduos associados à inovação e com firme direcionamento ao desenvolvimento, já a abordagem dos behavioristas, em sua grande maioria, conferia aos empreendedores as competências de criatividade, coragem para assumir riscos, liderança e persistência. Shane e Venkataraman (2000) relacionam o empreendedorismo com a identificação e a exploração de oportunidades. Essa linha de pensamento ganhou notoriedade nos últimos anos e não exclui a relação que possa existir com a abertura de novos negócios.

Dados do GEM (2016) apontam que 14% dos empreendedores entrevistados foram em busca de instituições públicas ou privadas de apoio ao empreendedorismo, sendo o SEBRAE a instituição mais lembrada. Apesar dessa busca por instituições de fomento, Doh e Kim (2014) comentam que ainda é pequeno o incentivo oferecido às empresas de menor porte, especialmente no que tange à inovação e auxílio de políticas públicas.

Quanto ao crescimento do empreendedorismo no Brasil, ao consultar o GEM (2016), referente ao ano de 2015, percebe-se que a desaceleração econômica do país



trouxo um cenário favorável ao empreendedorismo por necessidade, realidade não mantida no relatório de 2016, que apresenta aumento do empreendedorismo por oportunidade, apesar de mostrar queda do percentual de empreendedores brasileiros que passa de 39,3% em 2015 para 36% em 2016 (GEM, 2017). Tal queda é considerada na análise apresentada no relatório do SEBRAE (2017) como um esgotamento natural, após o crescimento que vinha acontecendo até 2015.

2.1 Fomento ao Empreendedorismo

Um dos trabalhos utilizados como base para a pesquisa sobre políticas públicas de fomento ao empreendedorismo e às micro e pequenas empresas foi o realizado por Sarfati (2013). O fomento ao empreendedorismo é um dos pilares do questionamento da presente pesquisa. Sabendo-se disso, buscou-se com este trabalho a distinção entre políticas públicas e fomento, caracterizando assim esse pilar. O trabalho em questão, além de apresentar essa distinção, apresenta ações que os municípios ou estados brasileiros têm feito para proporcionar um bom ambiente para se criar e fazer negócios.

Existem evidências empíricas mostrando uma relação positiva no cruzamento entre empreendedorismo e desenvolvimento econômico, especialmente no que diz respeito aos negócios de alto impacto (Sarfati, 2013). Dessa forma, acredita-se que deveriam existir políticas públicas que envolvam programas de apoio ao microempreendedor, trazendo empregabilidade e efeitos macroeconômicos positivos, bem como políticas de fomento para empreendedores inovadores que certamente trarão alto impacto no crescimento econômico. Tal opinião é também apresentada no artigo de Barboza, Fonseca e Ramalheiro (2015) ao afirmarem, após pesquisa empírica, que a aproximação entre agentes de fomento e o empreendedor de empresa de menor porte favorece a inovação e o desempenho.

Sarfati (2013) apresenta diferença entre políticas públicas de apoio ao empreendedor e políticas de fomento. Políticas públicas são afetadas por condicionantes, tais como: mudanças demográficas, sociais, econômicas, regulatórias e tecnológicas. Elas devem influenciar as regras de entrada e saída de negócios, regras trabalhistas, tributárias, de propriedade intelectual, de falência, entre outros. Já ações de fomento dizem respeito à promoção de cultura e educação empreendedora,



desenvolvimento de incubadoras e *venture-capital*, programas de promoção à inovação e à internacionalização.

Somente a partir da década de 1990, surgiram dois grandes eixos que modificaram o apoio das políticas públicas em relação às MPEs: 1) surgiu a Lei nº 9.317/1996 que recebeu o nome de Lei Federal do Simples, ordenando o tratamento diferenciado no que diz respeito aos tributos recolhidos através das micro e pequenas empresas e, posteriormente, a Lei nº 9.841/1999, mais conhecida como Estatuto das Micro e Pequenas Empresas, trazendo regulações nos aspectos de trabalho, linhas de crédito, entre outros; e 2) instituição da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) em 2003.

A principal contribuição da PITCE é trazer às MPEs a prioridade nas ações que envolvem os Arranjos Produtivos Locais (APLs). Proporcionou que outras instituições governamentais como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a Agência Brasileira de Promoção de Exportação e Investimentos (APEX), o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) e a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) passassem a apoiar as MPEs.

Outro avanço é a criação da figura do Microempreendedor Individual (MEI), destacada no estudo de Barboza, Fonseca e Ramalheiro (2017). Segundo o SEBRAE (2016), o MEI é um tipo de empresa que surgiu a partir da Lei Complementar 128/2008, com objetivo de tirar da informalidade milhões de empreendedores e surge como uma tentativa de minimização da complexidade existente para a abertura, manutenção ou fechamento de uma empresa no Brasil.

Apesar desse avanço nas políticas públicas, percebe-se que ações de fomento são ainda incipientes no Brasil, limitando-se a algumas instituições de fomento e leis regulatórias. A principal instituição de incentivo ao empreendedorismo de negócio próprio no Brasil, especialmente no que concerne as micro e pequenas empresas, ainda é o SEBRAE, conforme dados apontados pelo GEM (2016) e mencionado no estudo de Sarfati (2013) e no de Barboza, Fonseca e Ramalheiro (2017).

Um exemplo prático encontrado no trabalho de Gomes, Alves e Fernandes (2013) mostra que o fomento ao empreendedorismo pode trazer bons resultados. É o caso da cidade de São José dos Campos, que será utilizado como alicerce para a pesquisa de campo da presente pesquisa. Apesar de não ser um exemplo voltado



para a realidade de pessoas com deficiência, é um exemplo que está inserido no contexto cultural brasileiro e mostra a superação da crise de empregabilidade através de ações de fomento ao empreendedorismo.

São José dos Campos é uma cidade paulista localizada no Vale do Paraíba que tinha a agricultura como principal atividade econômica. Contudo, a inauguração da rodovia Presidente Dutra, a instalação do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA) e de uma refinaria da Petrobrás fez com que grandes empresas se instalassem na região. Apesar do desenvolvimento econômico advindo, problemas relacionados à empregabilidade começaram a serem percebidos, devido a processos de privatização no final da década de 90.

O prefeito da cidade começou então a incentivar e a desenvolver a atividade empreendedora. Dentre tantas, destacam-se três ações principais (Gomes, Alves, & Fernandes, 2013): 1) introduziu o empreendedorismo na educação, no ensino fundamental, trazendo desenvolvimento da cultura empreendedora; 2) criação da Sala do Empreendedor com objetivo de acelerar os processos de abertura de empresa; e 3) subsídio financeiro e operacional às incubadoras.

Na Figura 1 a seguir, cada uma dessas ações pode ser analisada com maior acuidade.



AÇÃO	DESCRIÇÃO
Educação Empreendedora	Iniciada em 1999, a disciplina foi implementada nas sétimas e oitavas séries, atualmente, nas oitavas e nonas séries. Em 2004 foi criado o Centro de Educação Empreendedora (CEDEMP), órgão que rapidamente passou a ser o principal interlocutor da atividade empreendedora do município. Em síntese, os alunos cumpriam obrigatoriamente a disciplina empreendedorismo e posteriormente faziam um plano de negócio em grupo de 10 alunos, podendo esses, serem selecionados pelo CEDEMP, para encaminhamento às incubadoras.
Sala do Empreendedor	A sala foi criada em 1997 com princípio de tornar mais rápido e fácil o atendimento a empreendedores, orientações sobre a inscrição municipal e alvará de funcionamento, processos administrativos, as obrigações, direitos, integração entre órgãos municipais, estaduais e federais. A sala do empreendedor é exemplo e parâmetro para outras cidades. O SEBRAE disponibiliza inclusive um tutorial para implementar a experiência em outras cidades (Crestana, Durante, & Hassan, 2009).
Incubadoras	O município conta com 4 incubadoras: 1- Incubadora Tecnológica Univap, apoiada pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e SEBRAE, criada em 1997 em parceria entre a Prefeitura e a Universidade do Vale do Paraíba (Univap). 2- Incubadora Tecnológica Revap, instalada em 2002, direcionada ao segmento de petróleo, atuando em parceria da empresa Revap e Prefeitura com apoio do SEBRAE e o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP). 3- - Incubadora de Negócios, criada em 2005, abriga projetos de empresa em formação e que tenham viabilidade e potencial de mercado. 4- Incubaero, especializada em empresas do setor aeroespacial, está sediada no Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA), órgão do Governo Federal. Em nenhuma delas são encontrados casos de deficientes empreendedores.

Figura 1. Descrição das ações realizadas em São José dos Campos

Fonte: Os autores (2017).

Outro exemplo prático encontrado é o da cidade de Cascais, em Portugal. O programa Centro de Reabilitação e Integração de Deficientes (CRID) é uma instituição particular de solidariedade social sem fins lucrativos. Entre seus pilares, estão a reabilitação, a ocupação e a integração dos deficientes. O programa atua prioritariamente com pessoas com deficiência, desenvolve parcerias com diferentes entidades, públicas ou privadas, no sentido de transformar mentalidades e promover a inclusão social e a igualdade de direitos e oportunidades a todos os cidadãos.



Vários são os projetos desenvolvidos, inclusive alguns voltados ao empreendedorismo. Algumas empresas saíram do CRID, muitas com foco social. Antes, contudo, os deficientes que queiram empreender recebem formação profissional em um centro devidamente estruturado e reabilitação funcional em uma instituição preparada para execução dessa parte do processo. O projeto ainda realizou adaptações para execução das atividades de empreendedorismo e se aproximou de associações de moradores, como forma de integração (CRID, 2017).

2.2 Deficiência e Empreendedorismo

Segundo Renko, Harris e Caldwell (2016), o empreendedorismo não exclui, afasta ou discrimina pessoas com ou sem deficiência, muito pelo contrário, ele proporciona independência e a redução de alguns problemas recorrentes para as pessoas com deficiência, como questões de acessibilidade. Não existe uma teoria empreendedora para pessoas com deficiência, nem deveria, mas é necessária a criação de programas específicos para essa relevante quantia de pessoas que vivem no Brasil, visto as necessidades especiais que demandam. Na maioria dos casos, a deficiência não é fator impeditivo para que as pessoas possam utilizar e desenvolver suas competências empreendedoras.

Para Roni e Ribm (2009), que realizaram um estudo sobre o empreendedorismo para pessoas com deficiência no Reino Unido, a temática é muito recente, tendo início a partir da década de 1990. Para os autores, pessoas com deficiência apresentam desvantagens competitivas quando comparadas com pessoas sem deficiência. São citados exemplos como: aumento nos custos do trabalho, custos de transporte, são considerados mais lentos para execução de tarefas, sendo que, em determinadas situações, até mesmo o preconceito ou superstição interferem no trabalho do deficiente.

No Reino Unido, o que determina a deficiência de uma pessoa é a limitação física ou mental que comprometa substancialmente sua capacidade de realizar atividades. É importante conhecer os variados tipos de deficiência, suas características e particularidades, a fim de que as autoridades políticas possam fazer as devidas intervenções, diminuindo as barreiras ao empreendedorismo (Kitching, 2017).



No Brasil, a definição de deficiente é baseada no decreto nº 3.298 de 1999, nos artigos 3º e 4º, que identificam em que categoria a pessoa com deficiência se enquadra. Esse posicionamento se dá através do seu nível de limitação, de necessidades e adaptações imprescindíveis para que se desenvolva e se inclua no meio social. Esse decreto define a deficiência como toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho da atividade (Frate, Souza, & Coimbra, 2015).

As autoridades políticas têm desenvolvido ações que incentivam as pessoas com deficiência a entrarem no mercado de trabalho. No entanto, Kitching (2014) ressalta que, muitas vezes, as ações são direcionadas ao aumento de participação no mercado de trabalho de forma geral e não ao empreendedorismo, que também seria uma forma de inserção profissional e social.

Para Oliveira, Goulart e Fernandes (2009) existem relevantes transformações que as pessoas com deficiência deverão superar para serem incluídas. Essas barreiras deverão ser derrubadas pela própria sociedade, cabendo a ela o suporte necessário para que essas pessoas tenham acessibilidade a todos os recursos disponíveis. Embora o direito ao trabalho seja um direito civil individual, na maioria das ocasiões, as pessoas com deficiência encontram obstáculos para ingressar no mercado de trabalho. Esses autores dão ênfase aos inadequados recursos para estimular e desenvolver o emprego.

Outro fator preponderante são os critérios de avaliação a respeito de espaços físicos e logísticos totalmente inapropriados, não dispendo de condições mínimas para a acessibilidade. Essa percepção também foi ressaltada no estudo de Shier, Graham e Jones (2009), ao comentarem que muitas são as barreiras para a inserção de uma pessoa com deficiência no mercado de trabalho, como transporte inadequado, falta de acessibilidade e de suporte genérico.

No Brasil, uma das principais ações criadas foi o sistema de cotas, na tentativa de assegurar às pessoas com deficiência o acesso ao mercado de trabalho. Porém, essa solução ainda tem um caminho longo a ser percorrido. Neri, Carvalho e Costilla (2002) ressaltam alguns fatores para que se alcancem os benefícios propostos pela lei: competitividade acentuada no mercado de trabalho, baixas taxas ofertadas no mercado formal, falta de informação dos empregadores e baixo impacto gerado nas empresas, que devem ser os principais fomentadores da acessibilidade ao emprego.



Ribeiro e Carneiro (2009) corroboram com a afirmação de Neri, Carvalho e Costilla (2002), sustentando que as aplicações das normas legais acarretam a conduta tímida das empresas que realizam o que determina a lei de cotas, pois passam por fiscalização. Para que os parâmetros sejam seguidos de forma plena, é preciso que haja mudança na fiscalização, bem como a sua intensificação.

Frate et al. (2015), em um trabalho recente sobre a percepção do deficiente a respeito da inclusão no mercado de trabalho, trazem resultados preocupantes no que diz respeito à inclusão na visão dos deficientes. Questionados sobre as ações de desenvolvimento profissional proporcionados pelas empresas, o resultado foi que 53% das empresas não fazem absolutamente nada para promoverem esse desenvolvimento e apenas 5% delas avaliam o potencial do trabalhador com deficiência para eventuais promoções na carreira.

Quando perguntados sobre as principais dificuldades enfrentadas na empresa, 44% afirmam que têm dificuldades para execução de algumas tarefas. Ainda segundo o estudo, 61% das pessoas com deficiência entrevistadas entendem que o maior desafio de adaptação diz respeito à sociedade, pois, segundo eles, existe ainda muita indiferença por parte das pessoas. Para 61% deles, existe a impressão de que só foram contratados por conta da lei de cotas.

Renko, Harris e Caldwell (2016) também comentam sobre a dificuldade de inserção das pessoas com deficiência no mercado de trabalho, seja como empregado, seja como empregador: apenas 35% das pessoas com deficiência estavam empregadas nos EUA, o que mostra ser a opção por empreender interessante para este grupo de pessoas. O exemplo da cidade de São José dos Campos, mencionado na seção anterior, mostra ser viável o estímulo de pessoas com deficiências ao empreendedorismo por ações específicas.

Apesar de viável, destaca-se que em relatórios específicos sobre empreendedorismo, como o GEM (2016) e SEBRAE (2017), não apresentam resultados sobre a temática, como mencionado no capítulo introdutório, carecendo de investigações que voltem seus esforços para compreender a possibilidade empreendedora como uma das formas de inserção profissional de pessoas com deficiência.



3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo trata-se de uma pesquisa fenomenológica uma vez que descreve a essência ou estrutura básica de um fenômeno e usa dados e experiências daqueles que participam e investigam um fenômeno (Cope, 2005; Teixeira, 2003). De acordo com Castro e Gomes (2011, p. 155) a pesquisa fenomenológica é um “método para a análise da vivência de um sujeito em determinadas situações do seu cotidiano”, sendo, portanto, “orientada à descoberta de significados expressos por um sujeito sobre sua experiência”, o que é condizente com o objeto de estudo da presente pesquisa.

Em função da problemática em estudo, possui natureza exploratória e abordagem qualitativa. É exploratória, pois tem como principal objetivo explorar aspectos da problemática apresentada, aprimorar ideias e descobertas ainda sem convergência teórico-empírica, sendo, segundo Gil (2007) um tipo de pesquisa flexível que compreende aspectos variados relativos ao objeto de estudo. É qualitativa, pelo fato de não empregar dados estatísticos como foco do processo de análise de um problema, mas conhecer um fenômeno em maior profundidade (Walliman, 2015).

Como método, o presente estudo foi delineado por meio de pesquisa bibliográfica e de levantamento qualitativo, realizado com base em entrevistas em profundidade. A escolha foi realizada em função dos objetivos propostos e tendo em vista a natureza fenomenológica da pesquisa. Tanto a pesquisa bibliográfica quanto as entrevistas em profundidade mostraram-se relevante ferramenta para obtenção de informações. Segundo Veiga e Gondim (2001, p. 5), as entrevistas exploram dentre os participantes o que eles sabem, creem, esperam, sentem e desejam, o que é essencial para o problema proposto.

Para a elaboração de uma proposta com diretrizes para fomento do empreendedorismo, objetivo principal da pesquisa, foi realizada uma pesquisa em três etapas:

- 1. Levantamento de dados secundários:** Foi realizada uma pesquisa bibliográfica com a finalidade de proporcionar a familiaridade dos autores com o tema de interesse do estudo, com objetivo de formular o problema de forma clara e precisa (Gil, 2007; Walliman, 2015);



2. Levantamento qualitativo com as instituições de fomento (Grupo A):

Para o levantamento qualitativo foram realizadas entrevistas em profundidade com representantes de instituições de fomento ao empreendedorismo, que tiveram por finalidade levantar informações, percepções, ações, programas ou projetos direcionados às pessoas com deficiência, sendo as entrevistas em profundidade compatíveis com pesquisas fenomenológicas, dada a necessidade de compreender o objeto em estudo pela perspectiva de quem o vivenciou (Cope, 2005);

3. Levantamento qualitativo com pessoas com deficiência (Grupo B):

Foi realizada uma pesquisa de campo com pessoas portadoras de deficiências. Os entrevistados foram selecionados por acessibilidade, indicados pelos representantes das instituições de fomento entrevistadas.

Em se tratando de uma pesquisa fenomenológica e qualitativa, seguiram-se os procedimentos preconizados por Silva (2006) para a coleta de dados para esse tipo de pesquisa e envolveram os seguintes passos:

1. Elaboração do instrumento de pesquisa: como instrumento de pesquisa para as entrevistas planejadas nas etapas 2 e 3 foram desenvolvidos roteiros de entrevista semiestruturados, elaborados à luz da teoria consultada. Foi utilizado o exemplo da cidade de São José dos Campos. Para o grupo A, as questões voltaram-se para exemplos de ações realizadas, atendimento ao deficiente e possíveis ações específicas para essas pessoas. Para o grupo B, as questões voltaram-se para a necessidade de apoio, a percepção sobre ações específicas e acreditava-se em resultados a partir de atividades como as realizadas no exemplo utilizado como alicerce;

2. Pré-teste dos instrumentos de pesquisa: ambos os roteiros foram pré-testados com a finalidade de validá-los, diminuindo possíveis vieses. Durante o pré-teste, foi verificado o entendimento eficiente das questões, bem como o tempo de duração da entrevista;

3. Seleção dos sujeitos sociais da pesquisa: os entrevistados foram selecionados de duas formas. Para as instituições de fomento, grupo A, foi utilizado o estudo do SEBRAE (2016); para os respondentes do grupo B, utilizou-se o critério da acessibilidade, com amostra intencional. Não houve escolha por deficiência específica, nem por idade ou gênero, sendo que a



maioria foi indicada pelos representantes das instituições de fomento entrevistados. Sobre a quantidade, utilizou-se o critério de saturação de dados, ou seja, foram entrevistados tantos quantos necessários para a familiaridade do pesquisador com o tema (Mattar, 2007);

4. Realização da entrevista: forma enviados trinta convites aos potenciais respondentes. Desses, vinte e um foram aceitos, mas apenas vinte entrevistas foram concretizadas, nove no grupo A e onze no B. As entrevistas foram realizadas presencialmente em local escolhido pelos participantes e gravadas com autorização prévia deles. Após, as entrevistas foram transcritas e gerou-se protocolos compartilhados com os respondentes. Eles poderiam acrescentar mais algum detalhe, caso desejassem.

Após a transcrição das entrevistas, os dados coletados foram analisados por meio da análise da narrativa descrita por Walliman (2015) como forma de extrair temas, estruturas, interações e desempenhos dos relatos feitos pelos participantes da pesquisa. Os procedimentos da análise da narrativa são descritos no trabalho de Muylaert, Sarubbi Júnior, Gallo, Rolim Neto e Reis (2014): 1) transcrição das entrevistas; 2) redução do texto para obtenção de palavras-chave; e 3) interpretação dos achados a partir das palavras-chave.

Unindo o trabalho de Walliman (2015, p. 130), que propõe a codificação de padrões para pesquisas com abordagem qualitativa, e o de Muylaert et al. (2014), tem-se o procedimento de análise utilizado na presente pesquisa: 1) elaboração de protocolos de pesquisa (similares a resumos) que sintetizam os resultados das conversas; 2) organização do conjunto de dados, elaborando tipologias e taxonomias; 3) redução para palavras-chave; e 4) interpretação dos achados. Para interpretar os achados, foi utilizado como alicerce o modelo de SJC (Gomes, Alves, & Fernandes, 2013)

Por se tratar de uma pesquisa com entrevistas com seres humanos, consideraram-se os preceitos éticos da resolução 196 do Conselho Nacional de Saúde (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 1996), a saber: autonomia, beneficência, não maleficência e justiça. Foi desenvolvido um termo de livre consentimento, entregue a todos os entrevistados antes da realização das entrevistas e garantida a confidencialidade dos respondentes no que concerne a nomes e dados pessoais. Dessa forma, os respondentes receberam um código para a respectiva menção na pesquisa.



4 RESULTADOS

Nesta seção são apresentados os resultados alcançados com a pesquisa de campo. Ela foi realizada com dois grupos de entrevistados, sendo o grupo A formado por instituições de fomento ao empreendedorismo e o grupo B por pessoas com alguma deficiência. Com essa pesquisa de campo almejou-se obter subsídios para a elaboração das diretrizes para o fomento de empreendedorismo para deficientes, o que será apresentado na sequência.

4.1 Resultados Obtidos com as Entrevistas do Grupo A

Os entrevistados do grupo A representam as instituições de fomento ao empreendedorismo. Todas possuem ações relacionadas ao objetivo de levar a cultura empreendedora para as pessoas. Essas instituições promovem o empreendedorismo apoiando empresas de base tecnológica, como incubadoras, ligas e aceleradoras, ou estimulando ações empreendedoras entre deficientes, como associações que buscam inserir o deficiente no mercado de trabalho.

Foram entrevistadas nove pessoas representantes de instituições de fomento ao empreendedorismo, cujos perfis podem ser visualizados na Figura 2 abaixo.

Código	Papel executado	Tempo no cargo	A instituição que representa possui ações de apoio ao empreendedorismo?
A1	Coordenador de atendimento	18 anos	Sim, através de palestras, trilhas, cursos
A2	Responsável por vários programas da instituição	20 anos	Sim, inclusive com programa específico para jovens
A3	Conselheira	4 anos	Sim, totalmente voltado para o fomento do empreendedorismo
A4	Diretor executivo	2 anos	Sim, com objetivo de levar o fomento e a cultura do empreendedorismo à região de Campinas
A5	Gerente administrativo	2 meses	Sim, com projetos como Menor Aprendiz e Geração de Renda
A6	Coordenadora	1 ano	Sim, com fomento ao empreendedorismo de alto impacto e mentorias
A7	Assistente social	14 anos	Sim, com destaque para o programa Mundo Novo
A8	Conselheiro	4 anos	Sim, com apoio em especial para empresas de base tecnológica
A9	Coordenador	4 anos	Sim, principalmente levando a cultura empreendedora para alunos da graduação

Figura 2. Perfil dos respondentes representantes de instituições de fomento

Fonte: Os autores (2017).



Após a análise da narrativa obtida com as entrevistas e seguindo a proposta metodológica apresentada na seção 3 da presente pesquisa, foram extraídas palavras-chave que se destacaram (Figura 3) entre o grupo de representantes de instituições de fomento entrevistados.

Grupo	Palavras-chave	Descritor
A	Ações de fomento	Todas as instituições apresentam ações de fomento ao empreendedorismo.
	Gratuidade	A maioria das instituições oferecem suas soluções de forma gratuita
	Restrição	Parte das instituições apresentam regras para participação das ações
	Parcerias	Todas as instituições atuam com a participação de parceiros
	Subsídio	A maioria recebe algum tipo de subsídio direto ou indireto
	Atendimento ao deficiente	Grande parte das respondentes não atendem pessoas com deficiência
	Possibilidade	Todas as instituições acreditam no empreendedorismo como possibilidade dos deficientes desenvolverem suas profissões

Figura 3. Palavras chave extraídas das entrevistas do grupo A
Fonte: Os autores (2017).

Percebe-se, ao visualizar a Figura 3, que todas as instituições entrevistadas possuem ações voltadas ao fomento do empreendedorismo, embora seis delas não apresentem projetos específicos para pessoas com deficiência. O entrevistado A1 afirma que a instituição que representa atua com várias atividades relacionadas ao fomento de empreendedorismo, entre elas: palestras, cursos presenciais e a distância e oficinas.

Segundo os entrevistados, as instituições, normalmente, atuam contemplando parcerias das mais diversas. As soluções são disponibilizadas de forma gratuita em seis das nove instituições entrevistadas, sendo que as outras três, quando exigem algum investimento, é simbólico. A maioria recebe subsídio direto ou indireto para auxiliar na manutenção da infraestrutura, realização de ações e de projetos, não especificamente para pessoas com deficiência.

A maioria relata que já atendeu pessoas com deficiência, porém não possuem exemplos quantitativos de atendimento para pessoas com deficiência. Alguns respondentes, como o A4 e A7, recordam de um ou outro exemplo, retratando que são casos isolados de atendimento. Acreditam, de forma unânime, na possibilidade de pessoas com deficiência se tornarem empreendedoras, afirmando que ainda falta



Fomento ao Empreendedorismo para Deficientes no Estado de São Paulo

muita coisa a se fazer, conforme percebido pela fala do entrevistado A1 ao afirmar que são imprescindíveis as melhorias em acessibilidade física e intelectual.

Sobre um modelo de estímulo ao empreendedorismo, destacam-se os respondentes A4 e A9. Ambos realizam atividades com segmentações similares, para um melhor atendimento ao empreendedor. Atuam com a divisão em três pilares principais: inspiração, capacitação e conexão. Cada empreendedor que os procura estão em uma determinada fase e há a adequação dessa fase com um dos pilares do modelo, que serão discutidos na seção 4.3.

Ao se comparar os achados obtidos com o grupo A com o exemplo da cidade de São José dos Campos, percebeu-se que as instituições de fomento entendem a relevância de inserir com mais eficiência a cultura empreendedora nas escolas. Outro fator relacionado ao exemplo positivo do município é constituído pelos subsídios para a realização das ações, em especial das incubadoras. Várias das ações realizadas pelos governantes da cidade de São José dos Campos para fomentar o empreendedorismo também são realizadas pelas instituições de fomento, conforme pode ser percebido na Figura 4.

Ações de SJC	Respostas das instituições relacionadas às ações
Introdução do empreendedorismo no Ensino Fundamental das escolas.	<ul style="list-style-type: none">• Atuamos com palestras, oficinas e cursos presenciais;• Implementamos empreendedorismo nas escolas;• Somos uma incubadora com objetivo de disseminar o empreendedorismo;• Propomos ações divididas em três quesitos: inspiração, capacitação e conexão.
Subsídio para realização das ações.	<ul style="list-style-type: none">• O sistema recebe um repasse proveniente do desconto da folha de pagamento das empresas;• Temos orçamento próprio;• Recebemos apoio do SEBRAE Nacional;• O prédio foi subsidiado com verbas do governo.
Criação de espaços como “Sala do empreendedor” para desburocratizar processos.	<ul style="list-style-type: none">• Sim, com aproximação das Prefeituras, Associações comerciais e indústria;• Sim, inclusive com estímulo do SEBRAE;• Laboratório de Inovação, espaços de Coworking.

Figura 4. Principais ações tomadas pelo município de São José dos Campos (SJC)

Fonte: Os autores (2017).



4.2 Resultados Obtidos com as Entrevistas do Grupo B

O grupo B é formado por pessoas com deficiência que ou já são empreendedores ou possuem vontade de empreender. Foram entrevistadas onze pessoas, cujos perfis podem ser visualizados na Figura 5.

Código	Idade	Sexo	Possui CNPJ?	Qual o Tipo?	Caso não possua CNPJ, pretende se formalizar?
B1	59	Masculino	Não	Será ME	Sim
B2	38	Masculino	Sim	EPP	Já possuo
B3	51	Masculino	Não	Será MEI	Sim
B4	35	Masculino	Não	Será MEI	Ainda não tenho segurança
B5	60	Masculino	Não	Será ME	Sim
B6	33	Masculino	Não	Informal	Ainda não penso na formalização
B7	24	Masculino	Sim	ME	Já possuo
B8	38	Masculino	Sim	EPP	Já possuo
B9	32	Masculino	Sim	ME	Já possuo
B10	59	Masculino	Não	Será ME	Já tive empresa formalizada e pretendo ter novamente
B11	51	Masculino	Não	Será ME	Pretendo

Figura 5. Perfil dos empreendedores com deficiência entrevistados

Fonte: Os autores (2017).

Ao se observar o perfil dos respondentes do grupo B percebe-se uma variação significativa da faixa etária dos respondentes, que varia entre 24 e 60 anos. Desses, quatro possuem empresa formalizada e os sete demais pretendem abrir seu próprio negócio ou atuar de forma autônoma. Apenas quatro entre os onze respondentes são formalizados, sendo que entre os informais, dois pretendem se formalizar como Microempreendedor Individual e três como Microempresa.

Quanto ao gênero, todas as pessoas indicadas como possíveis respondentes são do sexo masculino, o que pode demonstrar uma busca pelo empreendedorismo mais representativa entre homens do que entre mulheres com deficiência, carecendo tal observação de estudos futuros.

Especialmente entre os entrevistados do grupo B, não houve concordância sobre a necessidade de se ter uma ação específica para o empreendedorismo. Os entrevistados B2, B4 e B6 entendem a aproximação das instituições como forma de fomentar o empreendedorismo. Acreditam que centros de reabilitação, escolas, universidades e incubadoras, entre outras, deveriam ser mais atuantes de forma



Fomento ao Empreendedorismo para Deficientes no Estado de São Paulo

conjunta. Já o entrevistado B10 acredita que o Brasil ainda seja um país muito assistencialista, e que isso deva gradativamente diminuir, pois além de não ser efetivo, gera segregação.

Tais ideias corroboram com o mencionado por Renko, Harris e Caldwell (2016) ao afirmarem que o empreendedorismo não exclui, afasta ou discrimina pessoas com ou sem deficiência, mas que é necessário a criação de programas específicos para atender quantidade tão significativa de pessoas com deficiência de forma a aproximar essas pessoas de uma nova possibilidade, talvez até então desconhecida. Essa opinião vai ao encontro do apresentado por Sarfati (2013) que menciona a necessidade de se ter programas de estímulo ao empreendedorismo.

Além da análise sobre as ações voltadas ao público empreendedor com deficiência, foram listadas as palavras-chave que despontaram nas entrevistas, conforme explicitado no capítulo metodológico (vide capítulo 3) e pode ser percebido na Figura 6.

Grupo	Palavras-chave	Descritor
B	Acessibilidade	Aparece, entre os participantes da pesquisa, como indicador de maior dificuldade.
	Desconhecimento	Apenas metade dos respondentes conhecem alguma instituição de fomento.
	Estímulo ao empreendedorismo	Mais da metade dos entrevistados não percebem estímulos ao empreendedorismo para pessoas com deficiência.
	Busca de orientações	A maioria nunca buscou orientações. Entre os que buscaram, foram ao SEBRAE mais próximo.
	Experiência com o atendimento	Dos respondentes que procuram alguma instituição, todos reconheceram a qualidade prestada.
	Melhorias na comunicação	A maioria acredita nas redes sociais

Figura 6. Palavras chave extraídas das entrevistas do grupo B
Fonte: Os autores (2017).

Entre os respondentes do grupo B percebeu-se que a maioria entende a falta de acessibilidade como a principal barreira para se realizar qualquer atividade. Esse fato corrobora com a fala de Oliveira, Goulart e Fernandes (2009) que apresenta a existência de diversas barreiras para as pessoas com deficiência, defendendo que a própria sociedade deveria se incumbir de destruí-las. Outro aspecto mencionado por esses autores diz respeito aos espaços físicos e logísticos que, atualmente, são totalmente inapropriados e não oferecem condições de acessibilidade. Tal fato também foi mencionado pelos respondentes, tanto do grupo A quanto do grupo B,



inclusive mencionando que muitas das instituições de fomento não estão preparadas fisicamente para atender o deficiente, embora não façam segregação.

Mais da metade dos respondentes do grupo B desconhece qualquer instituição de fomento ao empreendedorismo e evidenciou-se com as entrevistas que a maioria dos respondentes desse grupo não percebe estímulos ao empreendedorismo em sua região. Já quanto a terem buscado alguma instituição de fomento para orientações, somente 4 entre os 11 entrevistados buscaram o SEBRAE, o que mostra que instituições com essa natureza ainda têm muito o que fazer no que concerne à promoção de suas ações junto aos deficientes.

A maioria dos entrevistados sabem o que seja uma microempresa e/ou microempreendedor individual e vão optar por essa situação ao empreender. Esta escolha pode ser entendida pelo fato dos valores dos tributos e de processos menos burocráticos para abertura e também em determinadas situações, o fechamento das empresas.

Vários dos respondentes do grupo B acreditam que as mídias sociais sejam um caminho promissor para levar a informação a quantidades mais relevantes de deficientes. Com a facilidade de acesso do deficiente a essas ferramentas, percebe-se uma ampliação na possibilidade de uso do meio digital. Algumas respostas chamam a atenção. Quando questionado sobre como promover o empreendedorismo para pessoas com deficiência, um dos respondentes (entrevistado B10) trouxe a questão do excesso de assistencialismo, afirmando que o que deveria haver seriam projetos que visem uma transformação cultural. Outro entrevistado (B9) acredita que o empreendedorismo não deva ser promovido, ou a pessoa é empreendedora ou não é.

Contudo, em linhas gerais, os respondentes do grupo B acreditam na capacitação e aproximação com as instituições, bem como na inserção mais efetiva de uma cultura empreendedora nas escolas, especialmente naquelas voltadas ao atendimento a deficientes. Tal percepção vem ao encontro do mencionado por Gomes, Alves e Fernandes (2013) ao descrever o exemplo de São Jose dos Campos.

Sobre a inserção profissional das pessoas com deficiência através do empreendedorismo, os respondentes foram unânimes ao alegar total possibilidade, corroborando com o mencionado por Buntat et al. (2016) e Pagán (2009). Esses autores alertam para o fato de que o país ainda precisa amadurecer muito, diminuir os preconceitos existentes, o autopreconceito, a falta de acessibilidade arquitetônica, comunicacional e atitudinal.



Já o entrevistado B10 acredita no empreendedorismo como opção para pessoas com deficiência, desde que em um ambiente apropriado. Ele sugere que a estrutura para execução do trabalho deve ser elaborada de acordo com as necessidades específicas de cada um. Para ele, a possibilidade de pessoas com deficiência conseguirem suas independências financeiras pode ter um grande potencial de estímulo, embora tenham muito o que desenvolver.

4.3 Diretrizes para o Fomento do Empreendedorismo entre Deficientes

Diante da discussão dos resultados, a proposta de diretrizes para fomentar o empreendedorismo entre as pessoas com deficiência tem como pilares principais: Reabilitar, Aproximar, Capacitar, Ocupar, Monitorar e Integrar.

Tais pilares tiveram como base as ações tomadas por São José dos Campos, além das respostas obtidas com a pesquisa de campo, especialmente as apresentadas pelos respondentes A4 e A9. Esses respondentes comentaram que atuam em três pilares principais. O primeiro, denominado como inspiração, atende o potencial empreendedor, aquele que possui uma ideia mas ainda não tem maturidade para abrir um empreendimento. O segundo pilar, denominado como capacitação, é a fase em que o empreendedor precisa de capacitação para o desenvolvimento de seu projeto. O terceiro pilar, conexão, atende os empreendedores mais maduros, que normalmente precisam de investimentos e parcerias.

O caso da cidade de Cascais pode servir como alicerce para criação de programas de fomento ao empreendedorismo. Conforme já mencionado, os pilares utilizados pelo programa CRID (2017), a saber, reabilitar, ocupar e integrar, possuem um importante papel no desenvolvimento de ações empreendedoras. Unificando os pilares utilizados nos dois exemplos práticos apresentados com os dados primários levantados, tem-se os pilares das diretrizes propostas por esses autores (Figura 7).

Pilar	Origem
Reabilitar	Dados secundários
Aproximar	Dados primários obtidos com o grupo B
Capacitar	Dados primários obtidos com o grupo A
Ocupar	Dados secundários
Monitorar	Dados primários (grupo B) e dados secundários
Integrar	Dados secundários

Figura 7. Pilares definidos na diretriz e sua origem

Fonte: Os autores (2017).



Sobre os pilares propostos, é necessário explicar os itens elencados. “Reabilitar” diz respeito ao fato de que, muitas vezes, as pessoas com deficiência precisam de auxílio para se adequarem ou readequarem, às vezes até para atividades do cotidiano. “Aproximar” relaciona-se com o fato de que as instituições, embora tenham diversas atividades voltadas ao empreendedorismo, não conseguem chegar às pessoas com deficiência. “Capacitar” os portadores de deficiência, para que eles tenham motivação em abrir um negócio próprio e conhecimento para planejar, da mesma forma que qualquer pessoa que busque encarar esse desafio. “Ocupar” é a fase de direcionamento da pessoa com deficiência ou para o mercado de trabalho ou para atividades empreendedoras, considerando que nem todos querem empreender. “Monitorar” de forma a mensurar as ações e o desenvolvimento dos empreendedores. Por fim, é preciso cultivar a integração entre os envolvidos como, por exemplo, com investidores, com instituições financeiras, com a sociedade, entre outros.

Atendendo ao objetivo desta pesquisa, na Figura 8 são apresentadas as diretrizes para cada um dos pilares propostos:

Pilares	Diretrizes
Reabilitar	<ul style="list-style-type: none">• Atendimentos contínuos a partir da necessidade do deficiente, prepará-lo para vivência com a sociedade de forma mais natural possível.• Cada instituição pode contribuir com parte do processo tendo em vista que, muitas vezes, a pessoa não possui uma única deficiência, por exemplo, um cego e surdo. Nesse caso, essa pessoa pode participar da reabilitação de uma forma contínua e mais efetiva.
Aproximar	<ul style="list-style-type: none">• É necessário que as instituições que atuam mais especificamente com educação empreendedora, reabilitação, capacitação, núcleos empreendedores e incubadoras, possam cada vez mais se integrar, para que as pessoas com deficiência possam seguir uma triagem e tenham condições de competitividade, caso decidam empreender.• Por essa razão, as diretrizes propostas fazem sentido, pois as pessoas habitualmente estão em estágios diferentes. Dessa forma, se a pessoa já passou pelo estágio da reabilitação, vai ser aproximada de um outro pilar, que é a capacitação.• Criar ações de marketing para divulgação e promoção das ações para pessoas com deficiência.• Maior aproximação entre pessoas com deficiência, de modo que possa haver troca de experiência e <i>networking</i>.
Capacitar	<ul style="list-style-type: none">• São diversas ações realizadas por cada uma das instituições entrevistadas. Embora não com enfoque em pessoas com deficiência, se o pilar da Aproximação desenvolver o seu papel, as capacitações terão cada vez mais efetividade na vida de cada pessoa com deficiência.• Palestras, oficinas, cursos remotos ou presenciais e disciplina de empreendedorismo nas escolas em todos os níveis são algumas das soluções que podem gerar competitividade.



Fomento ao Empreendedorismo para Deficientes no Estado de São Paulo

	<ul style="list-style-type: none"> Capacitar também as pessoas que atenderão os deficientes, pois precisarão ter a sensibilidade para melhor compreender suas reais necessidades.
Ocupar	<ul style="list-style-type: none"> Se a escolha dessa pessoa for o mercado de trabalho, que essa tenha, a partir dos pilares, totais condições de desenvolver seu trabalho. Que as empresas adequem seus postos de trabalho às necessidades do colaborador.
Monitorar	<ul style="list-style-type: none"> Se as instalações, bem como o atendimento, estão indo ao encontro das necessidades das pessoas. Monitoramento através de acompanhamento de pós atendimento, por telefone, endereço eletrônico e mala direta. Acompanhamento dos profissionais que prestam atendimento às pessoas com deficiência.
Integrar	<ul style="list-style-type: none"> É necessário que as instituições busquem a integração entre si para possibilitar condições semelhantes às pessoas. Instituições voltadas à inovação, as que oferecem linhas variadas de crédito, normalmente para apoio à atletas de alto rendimento.

Figura 8. Propostas de diretrizes
Fonte: Os autores (2017).

Traduzindo o que acima foi exposto, tem-se na Figura 9 a proposta de diretrizes geradas com a presente pesquisa:

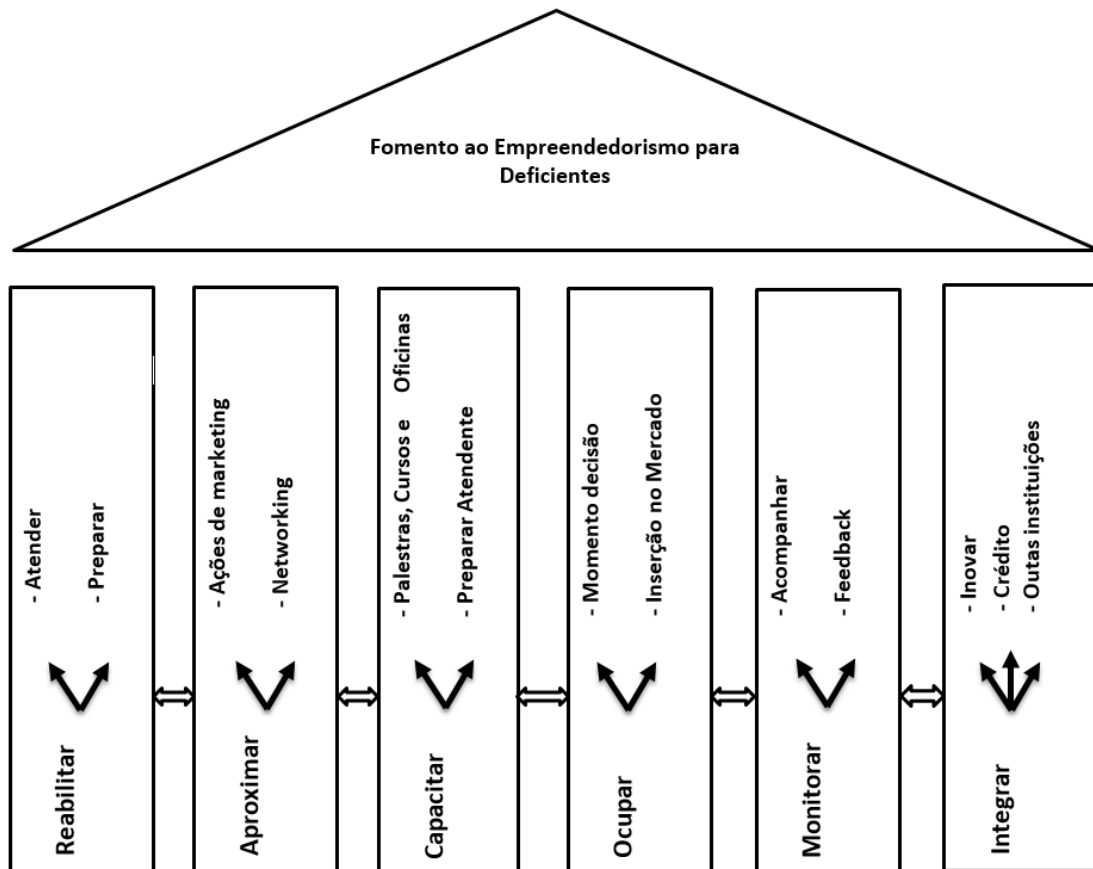


Figura 9: Diretrizes propostas
Fonte: Os autores (2017).



5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar o artigo, retoma-se a questão de pesquisa, a saber: como instituições de fomento ao empreendedorismo podem estimular as pessoas com deficiência a se tornarem empreendedoras de negócio próprio? Pôde-se perceber que um programa específico para o fomento do empreendedorismo precisaria levar em consideração alguns aspectos, sendo os principais:

- Promover treinamento para os funcionários das instituições de fomento;
- Preparar as instalações para receber pessoas com deficiência;
- Buscar o contato com deficientes através de ações de marketing;
- Organizar palestras que estimulem atividades empreendedoras para deficientes, como *hackathons*, *startupweekends* e afins;
- Oferecer cursos, oficinas presenciais e/ou à distância para estimular o conhecimento em gestão de empresa;
- Buscar maior aproximação entre as instituições de fomento, com o objetivo de que as iniciativas tenham início, meio e fim;
- Acompanhar os empreendedores para analisar o andamento da empresa, bem como a continuidade de oferecimento de soluções para gerar longevidade às empresas;
- Criação de linhas de crédito competitivas com o intuito de estimular abertura de novos negócios.

Nem todos os respondentes foram unânimes em considerar essencial um programa específico para estímulo ao empreendedorismo entre pessoas com deficiências. Dessa forma, salienta-se vantagens e desvantagens de se ter ações específicas para fomentar o empreendedorismo entre os deficientes. Entre as vantagens tem-se que:

- Um programa específico poderia promover de forma mais contundente o empreendedorismo entre os deficientes, propiciando a inserção profissional desse grupo de pessoas;
- Linhas de crédito específicas poderiam ser oferecidas para subsidiar novos projetos;
- Ações de marketing poderiam ser direcionadas. Mais pessoas poderiam formalizar-se como empreendedores, reduzindo a quantidade de pessoas que buscam benefícios como o da aposentadoria;
- Maior integração social, possivelmente com a diminuição de preconceitos da



sociedade.

Entre as desvantagens, observa-se:

- Maior custo para as instituições com o desenvolvimento de ações específicas e reformas;
- Possibilidade de se ter demanda maior que a oferta de vagas;
- Chances de estimular pessoas que não queiram ser empreendedoras ou não tenham perfil para tal, como salientado pelo respondente B9; Necessidade de treinamento dos atendentes das instituições.

Várias são as limitações de uma pesquisa acadêmica. Neste estudo, destaca-se a variedade de deficiências dentre os entrevistados, uma vez que as pessoas participantes do presente estudo foram escolhidas sem divisão específica em relação às suas limitações. Os respondentes foram selecionados por acessibilidade, o que pode ter causado vieses, principalmente por ter acontecido a indicação das instituições entrevistadas. Entrevistou-se apenas deficientes do gênero masculino, impossibilitando a generalização de achados, limitação característica de uma pesquisa com abordagem qualitativa. Na verdade, não se buscou a generalização, mas sim a profundidade. Contudo, sabe-se que essa é uma limitação inerente ao método escolhido.

Como proposta para estudos futuros, ressalta-se a possibilidade de entrevistar grupos de pessoas com apenas um tipo de limitação como, por exemplo, um estudo somente com pessoas com limitação de visão ou com dificuldade de locomoção. Outra sugestão diz respeito à realização de estudos que considerem o gênero como uma variável que pode interferir no fomento ao empreendedorismo entre deficientes. Por fim, sugere-se que um estudo quantitativo possa dar sequência ao que foi aqui abordado, utilizando os achados do presente estudo como base para o estabelecimento de hipóteses que possam ser testadas com técnicas estatísticas.

6 REFERÊNCIAS

Barboza, R. A. B., Fonseca, S. A., & Ramalheiro, G. C. F. (2017). O papel das políticas públicas para potencializar a inovação em pequenas empresas de base tradicional. *REGE, Revista de Gestão*, 24(1), pp. 58–71.



Barboza, R. A. B., Fonseca, S. A., & Ramalheiro, G. C. F. (2015). Inovação em micro e pequenas empresas por meio do Serviço Brasileiro de Respostas Técnicas. *RAI, Revista de Administração e Inovação*, 12(3), pp. 329–349.

Bessant, J., & Tidd, J. (2009). *Inovação e empreendedorismo: administração*. Porto Alegre, Bookman.

Buntat, Y., Roslan, W. N. W., Ibrahim, N., Salleh, L. M., & Ahmad, A. A. (2016). Challenges of Entrepreneurship Education for Disabled People. *Advanced Science Letters*, 22(12), pp. 4355-4358.

Castro, T. G., & Gomes, W. B. (2011). Aplicações do método fenomenológico à pesquisa em psicologia: tradições e tendências. *Estudos de psicologia*, 28(2), pp. 153-161.

Cope, J. (2005). Researching entrepreneurship through phenomenological inquiry: philosophical and methodological issues. *International Small Business Journal*, 23(2), pp.163-189.

Crestana, S., Durante, J. C., & Hassan, A. A. (2009). *ABC da sala do empreendedor: como simplificar a abertura e facilitar a vida das micro e pequenas empresas do seu município*. Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/adrigoni/abc-sala-empendedor>>. Acesso em: 13 mar. de 2018.

CRID - Centro de Reabilitação e Integração de Deficientes. (2017). Disponível em: <<http://crid.pt/>>. Acesso em: 13 abr. de 2017.

Doh, S., & Kim, B. (2014). Government support for SME innovations in the regional industries: the case of government financial support program in South Korea. *Research Policy*, 43(9), pp.1557–1569.

Drucker, P. F. (2000). *Inovação e espírito empreendedor*. São Paulo: Cengage Learning.



Frate, F., Souza, P. C. M., & Coimbra, V. S. (2015). A percepção do deficiente físico sobre a inclusão no mercado de trabalho. *Revista FATEC. Sebrae em debate: gestão, tecnologias e negócios*, 2(3), p. 105-119.

GEM. Global Entrepreneurship Monitor. (2016). *Global Report 2015*. Disponível em: <<http://www.gemconsortium.org/report/49480>>. Acesso em: 13 mar. de 2018.

GEM. Global Entrepreneurship Monitor. (2017). *Global Report 2016*. Disponível em: <<http://www.gemconsortium.org/report/49812>>. Acesso em: 13 mar. de 2018.

Gil, A. C. (2007). *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas.

Gomes, M. V. P., Alves, M. A., & Fernandes, R. J. R. (2013). *Políticas públicas de fomento ao empreendedorismo e às micro e pequenas empresas*. São Paulo: Programa Gestão Pública e Cidadania.

IBGE. (2012). *Cartilha do Censo 2010. Pessoas com deficiência*. Disponível em: <<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/cartilha-censo-2010-pessoas-com-deficiencia-reduzido.pdf>>. Acesso em: 23 jan. de 2016.

Kitching, J. (2014). Entrepreneurship and self-employment by people with disabilities. Background Paper for *OECD Project on Inclusive Entrepreneurship*. Disponível em: <<https://www.oecd.org/cfe/leed/background-report-people-disabilities.pdf>>. Acesso em: 13 abr. de 2017.

Macedo, F. M. F., Ichikawa, E. Y., & Boava, D. L. T. (2012). O esquema típico-ideal na pesquisa em empreendedorismo. *Revista Pesquisa & Debate*, 23(2), pp. 181-201.

Mattar, F. N. (2007). *Pesquisa de Marketing*. 4. ed. São Paulo: Atlas.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. (2017) Resolução 196 de 10 de Outubro de 1996. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/1996/res0196_10_10_1996.html>. Acesso em: 14 mar. de 2017.



Muylaert, C. J., Sarubbi Júnior, V., Gallo, P. R., Rolim Neto, M. L., & Reis, A. O. A. (2014). Entrevistas narrativas: um importante recurso em pesquisa qualitativa. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 48(spe2), pp. 184-189.

Neri, M., Carvalho, A. P., & Costilla, H. G. (2002). Políticas de cotas e inclusão trabalhista de pessoas com deficiência. *Ensaio Econômico da EPGE/FGV*, Rio de Janeiro, n. 462. Disponível em:

<<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/518/1310.pdf?sequence=2&isAllowed=y>>. Acesso em: 23 jun. de 2016.

Oliveira, M. A. (1995). *Valeu! Passos na trajetória de um empreendedor*. São Paulo: Nobel.

Oliveira, M. A., Goulart Júnior, E., & Fernandes, J. M. (2009). Pessoas com deficiência no mercado de trabalho: considerações sobre políticas públicas nos Estados Unidos, União Europeia e Brasil. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 15(2), pp. 219-232.

Pagán, R. (2009). Self-employment among people with disabilities: Evidence for Europe. *Disability & Society*, 24(2), pp. 217–229.

Renko, M., Harris, S. P., & Caldwell, K. (2016). Entrepreneurial entry by people with disabilities. *International Small Business Journal*, 34(5), pp. 555–578.

Ribeiro, M. A., & Carneiro, R. (2009). A inclusão indesejada: as empresas brasileiras face à lei de cotas para pessoas com deficiência no mercado de trabalho. *Organização & Sociedade*, 16(50), pp. 545-564.

Roni, N. N., & Ribm, M.M.U. (2009). Disabled Entrepreneurship: A viable route of opportunity for the disabled? *MMUBS Doctoral Symposium*. Disponível em: <<http://www.pw.seipa.edu.pl/s/p/artykuly/93/938/Disabled%20entrepreneurship%202009.pdf>>. Acesso em: 23 ago. de 2016.



Sarfati, G. (2013). Estágios de desenvolvimento econômico e políticas públicas de empreendedorismo e de micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) em perspectiva comparada: os casos do Brasil, do Canadá, do Chile, da Irlanda e da Itália. *Revista de Administração Pública*, 47(1), pp. 25-48.

SEBRAE. (2013). *Empreendedores com deficiência no Estado de São Paulo*. São Paulo: Sebrae-SP. Disponível em:

<https://m.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/SP/Pesquisas/pesquisa_acessibilidade.pdf>. Acesso em: 13 mar. de 2018.

SEBRAE. (2016). *Panorama das MPEs paulistas*. Disponível em:

<<http://www.sebraesp.com.br/index.php/234-uncategorised/institucional/pesquisas-sobre-micro-e-pequenas-empresas-paulistas/micro-e-pequenas-empresas-em-numeros/18226-book-pesquisas-sobre-mpes-paulistas-2016>>. Acesso em: 05 mai. de 2016.

SEBRAE (2017). *Relatório Especial: Empreendedorismo e o mercado de trabalho*. Disponível em:

<[http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/70d1237672d36de1ba87890e4cb251cc/\\$File/7737.pdf](http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/70d1237672d36de1ba87890e4cb251cc/$File/7737.pdf)>. Acesso em: 13 mar. de 2018.

Silva, A. B. (2006). A fenomenologia como método de pesquisa em estudos organizacionais. In: Godoi, C. K., Bandeira-de-Mello, R. B., & Silva, A. B. (Orgs.). *Pesquisa Qualitativa em Estudos Organizacionais*. São Paulo: Saraiva, p. 267-297.

Shane, S., & Venkataraman, S. (2000). The promise of entrepreneurship as a field of research. *Academy of management review*, 25(1), pp. 217-226.

Shier, M., Graham, J. R., & Jones, M. E. (2009). Barriers to employment as experienced by disabled people: a qualitative analysis in Calgary and Regina, Canada. *Disability & Society*, 24:1, pp. 63-75.



Teixeira, E. B. (2003). A análise de dados na pesquisa científica: importância e desafios em estudos organizacionais. *Desenvolvimento em questão*, 1(2), pp. 177-201.

Veiga, L., & Gondim, S. M. G. (2001). A utilização de métodos qualitativos na ciência política e no marketing político. *Opinião Pública*, 7(1), pp. 1-15.

Walliman, N. (2015). *Métodos de pesquisa*. São Paulo: Saraiva. 192 p.